

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GAP

Data: 25 de abril de 2008.

Local: Sala de Reuniões do 2º andar, sala 202, Bloco 'F' da Esplanada dos Ministérios.

Participantes: Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GAP e Secretário-Executivo do CODEFAT; Suely Barrozo Lopes, Coordenadora do GAP e Secretária-Executiva do CODEFAT - Substituta; Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Edvaldo Duarte Barbosa, Representante Titular do MPS; Renato Antonio Henz, Representante Titular do MAPA; Mário Sérgio Carraro Teles, Representante Titular da CNI; Antonio Lisboa Cardoso, Representante Titular da CNC; Luciana Cardoso de Carvalho, Representante Titular da CNA; Marcos Periotto, Representante Titular da Força Sindical; Pedro César Aguilar Perez, Representante Titular da SDS; Valdo Soares Leite, Representante Suplente da CGT; Sidiclei da Silva Patrício, Representante Suplente da CUT; Carlos Eduardo Pedretti, Representante Suplente do Banco do Brasil; Representando a CAIXA, Selma Mialsky.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho e Emprego – MTE, teve início a Décima Terceira Reunião Extraordinária do Grupo de
3 Apoio Permanente ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador –
4 GAP/CODEFAT, sob a Coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres
5 Torelly. **I - ABERTURA.** O Coordenador do GAP saudou a todos e comunicou aos participantes
6 que a Pauta se consistia de um item com dois subitens sobre as Prestações de Contas, do exercício
7 2007, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e do Fundo de Aval para Geração de Emprego e
8 Renda – FUNPROGER. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador-Geral Substituto da
9 Coordenação-Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr. Paulo César Bezerra de Souza, para
10 apresentação dos temas. **ITEM 1 - Aprovação de Prestação de Contas: SUBITEM 1.1 - Fundo**
11 **de Amparo ao Trabalhador - FAT, exercício 2007.** O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto
12 cumprimentou a todos e iniciando a apresentação sobre a Prestação de Contas do FAT, exercício de
13 2007, esclareceu que a matéria após ser apreciada pelo GAP seria submetida à aprovação do
14 CODEFAT para, posteriormente, ser enviada à Controladoria Geral da União - CGU e ao Tribunal
15 de Contas da União - TCU. Primeiramente, relatou que a Prestação de Contas fora elaborada em
16 consonância com as Instruções Normativas do TCU, afirmando que, segundo decisão normativa
17 desse Tribunal, a Prestação de Contas do FAT deveria consolidar as contas da Coordenação-Geral
18 de Recursos do FAT - CGFAT. Esclareceu que o relatório informava sobre os programas e ações
19 constantes no Programa Plurianual - PPA 2004/2007, demonstrando os resultados físicos e
20 financeiros das principais atividades do FAT no exercício de 2007, sendo elaborado com base em
21 Relatórios de Gestão apresentados pelas unidades que executaram ações com recursos do FAT, ou
22 seja: pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE, compreendendo o Departamento de

23 Emprego e Salário – DES e o Departamento de Qualificação – DEQ; pelo Gabinete do Ministro,
24 com o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, bem como pelas
25 Superintendências Regionais de Trabalho e Renda - SRTE. Além disso, discorreu que o FAT era
26 um fundo contábil, de natureza financeira vinculado ao MTE, cujos recursos eram destinados ao
27 custeio do Programa do Seguro-Desemprego, pagamento do Abono Salarial e financiamento de
28 programas de desenvolvimento econômico. O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto destacou
29 que as principais ações do Fundo se caracterizavam pela assistência temporária ao trabalhador
30 (pagamento do Seguro-Desemprego e Abono Salarial); qualificação profissional; intermediação de
31 mão-de-obra; e, criação de empregos e geração de renda, realizada por meio de empréstimo ao
32 BNDES e aplicação em depósitos especiais. Esclareceu, ainda, que os programas e ações custeados
33 com recursos do FAT eram realizados de duas maneiras: orçamentária e extra-orçamentária, sendo
34 que no primeiro caso, eram realizadas, em maior parte, de forma descentralizada e sua gestão
35 financeira era operada pelas unidades gestoras do MTE. Quanto à execução extra-orçamentária
36 observou serem operadas pela CGFAT, referindo-se, basicamente, às aplicações de depósitos
37 especiais, realizadas anualmente, segundo os limites autorizados pelo CODEFAT por Resolução,
38 quando da aprovação da Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais - PDE. Em
39 seguida, apresentou um quadro sobre o fluxo de Receitas e Despesas nos exercícios de 2002 a 2007,
40 observando ter havido um crescimento de receitas, saindo de R\$ 16,6 bilhões, em 2002, para R\$ 29
41 bilhões no final de 2007, apontando um crescimento de 75%. Observou, também, que o crescimento
42 de despesa foi de R\$ 12 bilhões para R\$ 26,1 bilhões, atinente a um crescimento de 116%.
43 Comparando os anos de 2006 e 2007 informou que o déficit primário do Fundo subiu de R\$ 3,59
44 bilhões para R\$ 6,76 bilhões e que o superávit operacional caiu de R\$ 5,58 bilhões para R\$ 2,96
45 bilhões, observando que esse fato foi fortemente impactado pelo crescimento, principalmente, do
46 pagamento do benefício do Seguro-desemprego a trabalhadores e, igualmente ocasionado pelo
47 crescimento do salário mínimo que, de 2002 a 2007, cresceu 90%. Observou que o número de
48 trabalhadores com direito ao benefício do seguro-desemprego cresceu em torno de 30%, ou seja,
49 atendimento de 4,9 milhões de trabalhadores em 2002 para 6,4 milhões em 2007. O Abono Salarial
50 cresceu 114%, o que resultou em 2002, em 6,5 milhões de trabalhadores atendidos para 13,8
51 milhões de trabalhadores, ao final de 2007. Em seguida, apresentou as curvas de receitas e despesas
52 do FAT e resultado operacional, ressaltando que a perspectiva era de que no ano de 2009 ou início
53 de 2010 houvesse o primeiro déficit operacional do Fundo, havendo necessidade de se buscar
54 alternativas para reverter esse quadro. Sobre a execução orçamentária, exercício 2007, destacou o
55 percentual de execução de 95,7% do montante de R\$ 26 bilhões. Destacou, também, a execução do
56 Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, com índice de 99,3% e o índice de 29,3%
57 referentes às operações com retorno, esclarecendo serem recursos destinados ao BNDES para

58 contratação de operações de crédito e desenvolvimento econômico. A seguir, destacou os principais
59 programas orçamentários do FAT e suas ações, esclarecendo que as informações foram enviadas
60 pelas unidades que executaram as ações: 1) Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho
61 e Renda; 2) Qualificação Social e Profissional; 3) Recursos Pesqueiros Sustentáveis, observando ser
62 uma modalidade do pagamento do Seguro-desemprego; 4) Erradicação do Trabalho Escravo; e 5)
63 Operações Especiais, que eram os financiamentos com retorno. O Coordenador-Geral da CGFAT -
64 Substituto informou, também, sobre as ações no âmbito do Programa Integração de Políticas
65 Públicas de Emprego: 1) Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra; 2) Pagamento
66 do Benefício Abono Salarial; 3) Habilitação do Trabalhador ao Seguro-Desemprego; 4) Bolsa de
67 Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de trabalho Suspenso; 5) Pagamento do
68 Seguro-Desemprego Trabalhador Formal; e, 6) Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador
69 Doméstico. Quanto a Ação Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra, observou que
70 foram verificadas, no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, as metas
71 previstas de colocação de 954 mil trabalhadores, com previsão orçamentária de R\$ 97 milhões, em
72 que foram realizadas, efetivamente, R\$ 91 milhões em recursos orçamentários, concernente a
73 execução orçamentária de 94% da previsão, complementando que a meta física extrapolou em 2,8%
74 do inicialmente previsto no Sistema. Quanto a Ação Pagamento do Benefício Abono Salarial,
75 informou que a meta existente no Plano Plurianual - PPA era de 10,6 milhões de trabalhadores, em
76 que foram efetivamente pagos no exercício o benefício a 13,8 milhões de trabalhadores, superando
77 a meta em 30%. Observou que, em relação à meta financeira, havia, aproximadamente, R\$ 5,1
78 bilhões previstos e executados, em outras palavras, praticamente 100%, explicando que as metas
79 financeiras foram ajustadas à medida que os créditos suplementares foram liberados, o que não
80 aconteceu com a meta física no SIGPLAN, por isso a existência dessa defasagem em relação aos
81 percentuais de financeiro e a realização física. Além disso, ressaltou que a expectativa inicial era
82 bem menor do que realmente executado, o que fora fortemente impactado pela formalização do
83 mercado de trabalho. Sobre a Ação Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego, relatou que
84 existia uma meta física superada em 12% e uma meta financeira que ficou em 91% do que foi
85 previsto. Quanto a Ação Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de
86 Trabalho Suspenso, esclareceu que a Coordenação do Seguro-Desemprego fizera uma estimativa e
87 lançou no SIGPLAN o atendimento a 6.900 trabalhadores, sendo o percentual de realização muito
88 inferior ao desejado, quase 2.800 trabalhadores que realmente tiveram acesso à Bolsa Qualificação.
89 Esclareceu que o objetivo dessa Ação era qualificar o trabalhador, não demiti-lo e mantê-lo no
90 contrato de trabalho. Explicou que, possivelmente, pelo fato do ano de 2008 ser um ano de
91 aquecimento da economia, a necessidade da utilização de mão-de-obra deu-se em momento mais
92 intenso e talvez fosse esse o motivo da baixa realização no pagamento do benefício. Em relação às

93 Ações relativas ao pagamento do Seguro-Desemprego, destacou: 1) Formal, à meta física foi
94 superada em 8,55%, fortemente impactado pela formalização do trabalho e a meta financeira ficou
95 em 99,24%, com aproximadamente, R\$ 12 bilhões de valor realizado; 2) Trabalhador Doméstico,
96 meta física superada em 24% e a financeira ficou em 91%; 3) Pescador Artesanal, meta física, 89%
97 e financeira, 82%, ficando abaixo da previsão lançada no SIGPLAN; 4) Trabalhador Resgatado,
98 meta física extrapolada em 175%, provavelmente devido à intensificação da fiscalização e de
99 denúncias, e a meta financeira em 99,63%. Em seguida, o Coordenador-Geral da CGFAT -
100 Substituto informou sobre o Programa Qualificação Social e Profissional, destacando as principais
101 ações e o percentual executado: i) Certificação Profissional de Trabalhadores – CERTif - não houve
102 realização orçamentária para essa rubrica, tendo sido informado pelo DEQ que em 2007 teve início
103 a implantação da Certificação no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; ii) Identificação
104 e Disseminação de Metodologias e Tecnologias Sociais de Qualificação – METod - execução de
105 14,96% sobre o valor previsto, sendo que o baixo índice se deu em função de contenção
106 orçamentária; iii) Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de
107 Emprego e de Economia Solidária – QUAL SPE - execução de 99,83% sobre o valor empenhado e
108 8,6% de superação da meta física; iv) Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Política de
109 Inclusão Social – QUAL INCL - execução de 99,74% sobre o valor empenhado e 9,4% de
110 superação da meta física; e, v) Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e
111 Incremento da Renda – QUAL GER - execução de 38,63% sobre o valor empenhado e 2,48% de
112 superação da meta física. Prosseguindo, arrazouou que na ação “Financiamento de Programas de
113 Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES” o referido Banco prestou as seguintes
114 informações: i) desembolso de recursos FAT constitucional – R\$ 11,72 bilhões em 2006 caiu para
115 R\$ 9,06 bilhões em 2007; e, ii) geração de emprego direto, indireto e sob o efeito renda - 786 mil
116 em 2006 subiu para 819 mil em 2007. Esclareceu que o BNDES relatou que havia chegado a esses
117 números de geração de emprego dos anos de 2006 e 2007 a partir de metodologia desenvolvida
118 juntamente com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela qual consideraram, inclusive,
119 emprego informal. Observou que apesar da redução no valor das aplicações houve crescimento do
120 número de empregos gerados, acrescentando que o BNDES esclareceu que isso ocorreu em função
121 do Banco ter destinado mais recursos a financiamento de empreendimentos intensivos em mão-de-
122 obra, principalmente o setor de serviços. O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto passou,
123 então, para os Programas Extra-Orçamentários: i) Desenvolvimento Centrado na Geração de
124 Emprego, Trabalho e Renda; e, ii) Microcrédito Produtivo Orientado. Declarou que a Coordenação-
125 Geral de Emprego e Renda – CGER/DES/SPPE/MTE havia informado que no ano de 2007 foram
126 contratadas 2.082.360 operações de crédito no montante de R\$ 20,5 bilhões, destacando que as
127 principais linhas/programas, em valores contratados, foram: i) PROGER Urbano (Investimento e

128 Capital de Giro) – R\$ 6,75 bilhões; ii) FAT Infra-Estrutura - R\$ 4,53 bilhões; iii) FAT Fomentar -
129 R\$ 3,33 bilhões; iv) PRONAF - R\$ 1,64 bilhão; v) FAT Exportar - R\$ 1,43 bilhão; e, vi) FAT Giro
130 Setorial - R\$ 1,06 bilhão. Apresentou um gráfico onde se verificava que o número de operações
131 contratadas teve um salto significativo a partir de 2002/2003, período em que foi instituída a linha
132 de crédito especial PROGER Capital de Giro, ressaltando que nos últimos anos foi registrada queda
133 nas contratações devido ao arrefecimento de alocação de recursos para financiamento de capital de
134 giro do PROGER. Apresentou quadro referente à execução da PDE 2007 demonstrando que o
135 CODEFAT havia autorizado, entre os diversos Programas e Linhas de Crédito Especiais, a alocação
136 de R\$ 9,81 bilhões, dos quais foram executados R\$ 9,53 bilhões, o que representava uma taxa de
137 97,17% de execução. Discorreu sobre a realização de receitas do FAT no exercício de 2007, onde se
138 verificava o montante de R\$ 32,35 bilhões de receitas orçamentárias prevista na Lei Orçamentária
139 Anual – LOA e o montante de R\$ 29,08 bilhões de receitas orçamentárias realizadas, o que
140 correspondia a 89,89% de taxa de realização. Explicou que no final do exercício de 2007 a
141 Secretaria do Tesouro Nacional – STN deixou de repassar o valor de R\$ 1,6 bilhão da arrecadação
142 do PIS/PASEP, acrescentando que caso não tivesse ocorrido essa situação teriam atingido
143 praticamente 100% de taxa de realização. O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto arrazoou
144 que o patrimônio financeiro do FAT, em relação ao exercício de 2006, cresceu 7,5%, saindo de R\$
145 129,63 bilhões para R\$ 139,35 bilhões, assim distribuídos: i) Empréstimo Constitucional ao
146 BNDES - R\$ 79,84 bilhões; ii) Depósitos Especiais - R\$ 49,27 bilhões; iii) Aplicações Financeiras
147 (BB extramercado FAT) - R\$ 9,97 bilhões; e, iv) Outros – R\$ 213,20 milhões. Explicou que o
148 BNDES fazia aplicação em operações de crédito de sessão internacional, acrescentando que a
149 depreciação do dólar e a valorização intensa do real provocaram ajustes financeiros sobre o recurso
150 emprestado pelo Banco para financiamento remunerado pela variação cambial e taxa *Libor*, o que
151 impediu um patrimônio maior do FAT em 2007. Quanto à intermediação de mão-de-obra,
152 apresentou tabela com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED
153 referente ao público alvo do Sistema Nacional de Emprego – SINE, onde apareciam os seguintes
154 números de trabalhadores: i) admitidos – 14,30 milhões; ii) dispensados – 11,95 milhões; iii)
155 inscritos – 5,59 milhões; iv) vagas – 2,06 milhões; e, v) colocados – 980,83 mil. Explicou que esses
156 números do CAGED implicavam nos seguintes indicadores: i) 46,7 % dos dispensados se
157 inscreveram no SINE; ii) 14,4 % das vagas de trabalho foram captadas pelo SINE; iii) 6,9 % das
158 admissões foram de trabalhadores encaminhados pelo SINE; e, iv) 47,5 % das vagas captadas foram
159 ocupadas por trabalhadores encaminhados pelo SINE. Apresentou quadro relativo à cobertura do
160 Seguro-Desemprego, no qual constavam os seguintes dados: i) beneficiários – 5,67 milhões; ii)
161 dispensados sem justa causa – 7,56 milhões; iii) taxa de cobertura – 74,99%; iv) meta PPA – 62%;
162 e, v) superação da meta – 12,99%. Quanto ao Abono Salarial, informou sobre os seguintes

163 indicadores: i) beneficiários – 13,84 milhões; ii) identificados – 14,34 milhões; iii) taxa de
164 cobertura - 96,51%; iv) meta do PPA - 96%; e, v) superação da meta – 0,51%. O Coordenador-
165 Geral da CGFAT – Substituto passou para a avaliação da Qualificação Social e Profissional,
166 apresentando os indicadores referentes às metas e a execução, respectivamente: i) carga horária
167 média – 200h e 197,54h; ii) custo médio aluno/hora – R\$ 2,75 e R\$ 2,71; e, iii) integração
168 QP/Inclusão Social/Desenvolvimento – 50% e 64,42%. Mostrou tabela com a cobertura por grupo
169 específico da população vulnerável, indicando a variação percentual entre os valores previstos na
170 Meta PPA e Realizado: i) mulheres – superou em 4,3%; ii) negros, pardos e indígenas – frustrou em
171 36,8%; iii) jovens – superou em 9,7%; e, iv) baixa escolaridade – frustrou em 2,8%. Arrazouou que
172 as Prestações de Contas do FAT encontravam-se na seguinte situação: i) até 2003 – aprovadas pelo
173 TCU, com ressalvas, dando quitação aos responsáveis; e, ii) 2004 a 2006 – aprovadas pela CGU,
174 com ressalvas, em análise no TCU. Finalizando, o Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto
175 relatou que as ressalvas se referiam, basicamente, à fragilidade de controle e à falta de
176 acompanhamento, esclarecendo que não tinham nenhuma relação com a questão financeira do
177 Fundo. A Coordenadora do GAP - Substituta, Sra. Suely Barrozo Lopes, informou que estava
178 assumindo provisoriamente a coordenação da mesa, haja vista que o Coordenador do GAP fora
179 chamado ao Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego. Destacou que ao final da reunião, se
180 decidida pela aprovação, os representantes do GAP assinariam individualmente um despacho
181 recomendando ao CODEFAT que também aprovasse a Prestação de Contas do FAT. Sendo assim,
182 declarou aberta a palavra aos membros do GAP. O Representante Titular da SDS, Sr. Pedro César
183 Aguilar Perez, indagou se a Coordenação do CODEFAT estava providenciando algum estudo em
184 relação à Reforma Tributária que foi apresentada na Câmara dos Deputados, e qual o impacto que
185 esta teria sobre o FAT. Depois questionou se havia algum exame do ponto de equilíbrio de
186 manutenção do FAT, e qual o saldo ideal que esse deveria ter em relação à demanda, afirmando que
187 diversas vezes foi discutido no Conselho que o FAT deveria ser um fundo anticíclico, ou seja, que
188 funcionasse inversamente à economia, pois o momento em que o trabalhador mais precisava era
189 exatamente o período que a economia estava em piores condições. Inquiriu se o orçamento
190 aprovado pelo CODEFAT, após sofrer contingenciamento pelo Ministério do Planejamento,
191 Orçamento e Gestão – MP, retornava ao Conselho para ser rediscutido, ou se já seguia para o
192 Congresso Nacional. Registrou que gostaria de saber até que ponto o CODEFAT estava
193 participando da definição final do que seria aplicado em termos orçamentários. Destacou que alguns
194 convênios eram prorrogados até o início do ano seguinte, e que o Sistema Integrado de Gestão de
195 Ações de Emprego - SIGAE fazia registro contínuo, razão pela qual perguntou se havia algum
196 mecanismo que fizesse segregação, pois o CODEFAT não pagava a produção em período fora de
197 convênio, acrescentando que as comissões de tomada de conta especial estariam descaracterizando

198 operações realizadas além do prazo de conveniamento. O Representante da SDS solicitou, ainda,
199 informações sobre qual a metodologia que o BNDES utilizava para aferir vagas criadas com os
200 financiamentos, tendo em vista que informou o número de empregos gerados direta e indiretamente.
201 Em seguida, quanto à informação de que o BNDES fazia aplicação em operações de crédito de
202 sessão internacional, indagou se o Banco estaria financiando com recursos do FAT alguma
203 atividade fora do território nacional. Finalizando, questionou se o custo do pessoal envolvido com
204 as atividades do FAT, como o quadro de funcionários da CGFAT, era financiado com recursos do
205 Fundo ou pelo Orçamento Geral da União. Destacou que não se tratava de apurar se o recurso
206 estava sendo bem ou mal administrado, mas sim verificar quais custos competiam ao FAT e quais à
207 União. Nesse momento, o Sr. Rodolfo Péres Torelly retornou a reunião e reassumiu a coordenação
208 dos trabalhos, solicitando ao Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto que prestasse, na medida
209 do possível, os esclarecimentos solicitados pela SDS, acrescentando que juntamente com a equipe
210 técnica procuraria complementar as informações. Antes, porém, o Representante Titular da CNI, Sr.
211 Mário Sérgio Carraro Teles, ressaltando a questão da postura anticíclica do FAT, inquireu sobre
212 qual seria a razão do crescimento do número de benefícios do seguro-desemprego, haja vista que a
213 economia estava indo muito bem. O Coordenador do GAP arrazoou que o Seguro-Desemprego
214 atendeu cerca de 6,0 milhões de trabalhadores no ano de 2007, destacando que no referido período
215 houve a criação líquida de 1,6 milhão de empregos, resultado de 14 milhões de admissões e 12,4
216 milhões de demissões. Relatou que o Brasil apresentava a maior taxa mundial de rotatividade de
217 emprego formal, explicando que o MTE estava estudando esse fenômeno a partir dos seguintes
218 fatores: i) rotatividade espontânea – aposentadoria, novo emprego, atividade por conta própria e
219 morte; ii) rotatividade provocada pelo empregador - dispensa por justa causa, substituição de
220 funcionário, redução de custos e mão-de-obra; iii) rotatividade forçada pelo próprio trabalhador –
221 busca pela obtenção de benefícios próprios, como o seguro-desemprego e o FGTS. Explicou que o
222 mercado aquecido até contribuía para a rotatividade, pois facilitava o encontro de um novo
223 emprego, ressaltando que o Ministério estava estudando as causas desse fato no sentido de buscar
224 reduzir os seus efeitos. O Representante Titular da CNC, Sr. Antônio Lisboa Cardoso, questionou
225 se as demonstrações financeiras estavam padronizadas nos relatórios, haja vista que nas
226 apresentações ora aparecia valores em milhões, ora em bilhões, o que gerava algumas confusões.
227 Indagou, quanto à qualificação social e profissional, se a parte financeira já havia sido alocada
228 totalmente em 2007 ou se passaria para o exercício seguinte. O Coordenador do GAP solicitou ao
229 representante da CGFAT que procurasse explicar primeiramente as questões levantadas pela SDS,
230 sob pena de perderem o raciocínio. Assim sendo, o Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto
231 informou que tentou anotar as indagações da SDS e que buscaria esclarecer algumas questões.
232 Arrazoou que a Reforma Tributária, em tramitação no Congresso Nacional, sob a relatoria do

233 Senador Francisco Dornelles, teve a elaboração de uma proposta de distribuição criando o Imposto
234 sobre Valor Agregado Federal - IVAF, onde após juntarem alguns tributos chegaram à somatória de
235 R\$ 300 bilhões, dos quais caberia ao FAT 6,7% do IVAF, aproximadamente R\$ 20 bilhões.
236 Afirmou que o Ministério estava acompanhando atentamente a Reforma Tributária, no entanto, não
237 teria no momento nenhuma informação mais precisa sobre o assunto. Quanto à questão do ponto
238 ideal de equilíbrio, discorreu que já haviam consultado alguns especialistas nesse sentido,
239 acrescentando que os estudos a serem realizados estavam muito vinculados aos rumos da Reforma
240 Tributária, pela qual havia proposta de maior flexibilização do mercado de trabalho e solicitação de
241 exclusão do parágrafo quarto do artigo 239 da Constituição Federal, que tratava de cobrança de taxa
242 para empresa que apresentasse índice de rotatividade superior ao das demais do setor, os quais
243 teriam impacto nos benefícios pagos pelo FAT. Na seqüência, passou à questão do
244 contingenciamento do orçamento do FAT, explicando que após aprovado pelo CODEFAT, o
245 orçamento era encaminhado para a Secretaria de Orçamento Federal – SOF, que após consolidar
246 com todas as unidades da Esplanada submetia ao Congresso Nacional, momento em que o
247 Ministério fazia todo tipo de gestão no sentido de reverter, ou pelo menos minimizar o valor
248 contingenciado. O Representante da SDS indagou se o CODEFAT era ouvido no momento do
249 fechamento do orçamento, ressaltando que o percentual de contingenciamento não poderia ocorrer
250 de forma linear. A Coordenadora do GAP – Substituta informou que havia sido apresentado em
251 reunião do CODEFAT quadro comparativo do orçamento aprovado pelo Conselho e dos valores
252 que compuseram o projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional, destacando
253 que a apresentação do referido quadro buscou mostrar o impacto dos ajustes realizados. O
254 Representante da SDS inquiriu se o Ministério do Planejamento fazia cortes unilateralmente ou se o
255 CODEFAT influenciava de alguma forma. A Coordenadora do GAP - Substituta esclareceu que na
256 realidade o Planejamento elaborava o orçamento, e que o contingenciamento se dava após a
257 aprovação da Lei Orçamentária, mediante decreto, o qual ainda não havia sido publicado,
258 acrescentando que se tratava de uma ação do Poder Executivo. Observou que o orçamento, após a
259 publicação do decreto de contingenciamento, não retornava ao CODEFAT para realinhamento.
260 Prosseguindo, o Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto arrazoou sobre a questão dos convênios
261 e do registro no SIGPLAN. Inicialmente explicou que o SIGPLAN era um sistema de controle do
262 Ministério do Planejamento pelo qual se lançava no início do ano as expectativas de realização de
263 metas, e dos resultados físicos e financeiros, destacando que após essas ações o Planejamento
264 fechava o sistema. Declarou que o Ministério do Planejamento, após tomar conhecimento do que
265 havia sido liberado de crédito, ajustou no sistema a meta financeira e não fez lançamento na meta
266 física, acrescentando que o MTE não tinha interferência nesse processo. Em seguida, passou para a
267 questão dos cortes, esclarecendo que após o contingenciamento implementavam ajustes nas metas.

268 O Coordenador do GAP solicitou ao Técnico da Coordenação do SINE – CSINE, Sr. Gleide Santos
269 Costa, que prestasse esclarecimento adicional sobre a inclusão dos dados no SIGAE. O Técnico da
270 CSINE recordou que até 2006 o convênio era anual, celebrado de maio a dezembro, haja vista que
271 nos primeiros meses do ano não havia orçamento. Informou que a partir de 2006 o convênio do
272 MTE passou a ser único e plurianual (2006 a 2009), englobando a intermediação de mão-de-obra,
273 seguro-desemprego e qualificação profissional, ressaltando que continuava o mesmo problema da
274 falta de recurso no início do ano. Esclareceu que no SIGAE se fazia o registro dos dados da
275 intermediação, do seguro, e da qualificação, acrescentando que as prorrogações de convênio de um
276 ano para o outro, quando havia orçamento, eram acompanhadas de suplementação orçamentária,
277 caso contrário, a prorrogação do prazo ocorria sem a cobertura financeira. Observou que a
278 legislação vedava o pagamento de despesas anteriores à data de assinatura de convênio. Mencionou
279 que por recomendação do CODEFAT, o Ministério estava celebrando convênio por período
280 fechado, por exemplo, de maio de um ano a maio do outro, e não pelo prazo de oito ou nove meses
281 como era de costume, acrescentando que isso permitiria que o recurso fosse utilizado no espaço de
282 01 (um) ano e, ainda, evitaria a necessidade de prorrogações sucessivas. O Representante da SDS
283 avaliou que algumas metas físicas foram atingidas sem a utilização de recursos do FAT, indagando
284 qual seria a produção real do processo financiado pelo Fundo. O Representante Suplente da CUT,
285 Sr. Sidiclei da Silva Patrício, arrazoou que qualquer ente ao firmar convênio com o Ministério, e
286 tendo o Conselho por interveniente, normalmente apresentava a proporção de 80/20, 90/10, ou seja,
287 o FAT sempre entrava com a maior parte dos recursos, razão pela qual entendia que as metas
288 deveriam mesmo constar como sendo do Fundo. Defendeu que quem era parceiro deveria fazer
289 frente a algumas despesas independente de questões legais, ao que o Representante da SDS
290 esclareceu que não estava questionando isso, e sim os números apresentados. O Coordenador do
291 GAP manifestou ao Representante da SDS que reconhecia as dificuldades existentes no processo,
292 explicando que com o convênio plurianual estavam buscando aperfeiçoar essas questões. O
293 Representante da SDS avaliou que embora tivessem o convênio plurianual ainda teriam o mesmo
294 problema, pois o termo aditivo continuava valendo, ao que o Coordenador do GAP registrou que
295 buscariam verificar essa questão. O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto passou, então, para
296 a questão do custo de pessoal, esclarecendo que essa despesa era bancada pela União, que não
297 envolvia recurso nenhum do FAT. O Coordenador do GAP solicitou ao Representante do BNDES
298 que esclarecesse as questões levantadas pela SDS pertinentes ao Banco. O Representante Titular do
299 BNDES, Sr. Guilherme Arruda Accioly, aclarou que o modelo utilizado para aferir a geração de
300 emprego utilizado pelo BNDES existia há 15 (quinze) anos. Informou que fazia cerca de 3 (três)
301 anos que o BNDES havia contratado a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ para
302 aperfeiçoar o referido modelo, o que resultou em um produto melhor, o qual permitiu, inclusive,

303 verificar a geração de emprego informal. Quanto à questão de o FAT Cambial estar ou não
304 financiando investimento no exterior, arrazoou que não saberia responder se no momento isso
305 acontecia, ressaltando que certamente já ocorreu em outros tempos. Em seguida, o Coordenador do
306 GAP solicitou ao representante da CGFAT que respondesse as indagações feitas pela CNC. O
307 Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto iniciou pela questão da uniformização dos números.
308 Assim sendo, elucidou que os valores foram capturados a partir de informações constantes dos
309 relatórios enviados pelas unidades executoras, acrescentando que em razão da exigüidade de tempo
310 não foi possível efetuar a sua padronização. Arrazoou que o Representante do DEQ explicaria a
311 questão relativa à qualificação profissional, ao número de trabalhadores em curso ou treinamento.
312 No ensejo, o Representante da CNI se referiu ao quadro que tratava da execução orçamentária do
313 FAT, onde a Qualificação Social e Profissional aparecia com execução de apenas 53,2%, para
314 indagar qual a razão desse índice ter ficado tão baixo. O Coordenador-Geral de Certificação e
315 Orientação Profissional do DEQ, Sr. Marcelo Álvares de Souza, esclareceu que o índice de
316 execução constante da apresentação se referia ao valor do recurso presente na LOA e não do que
317 havia sido efetivamente liberado para empenho e execução financeiro-orçamentária pelo Ministério
318 do Trabalho e Emprego, cujo valor era bem inferior ao da LOA. Sobre a questão da diferenciação
319 entre execução e cursos realizados, destacou que isso ocorreu em função do cronograma do
320 desembolso adotado no Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que dependia, por sua vez, dos
321 processos de votação do orçamento no Congresso Nacional. Retomando a palavra, o Coordenador
322 do GAP esclareceu que a lei do Seguro-Desemprego tinha duas finalidades básicas: prover
323 assistência financeira temporária ao trabalhador e recolocá-lo no mercado de trabalho, podendo
324 fazer a sua qualificação. Destacou que todo dia havia solicitação de seguro-desemprego e inscrição
325 para emprego, no entanto, devido à restrição orçamentária, quase inexistia qualificação profissional.
326 Ademais, afirmou que a rede de atendimento tinha pouca capilaridade, ressaltando que em 2007
327 foram atendidos menos da metade do total de segurados, e oferecida a qualificação para cerca de
328 2% dos inscritos. O Representante da CUT observou que no orçamento bilionário do FAT havia
329 previsão de R\$ 140 mil para ações de erradicação do trabalho infantil, dos quais foram executados
330 apenas R\$ 10 mil, ressaltando que isso consolidava a sensação de que o FAT se tornava cada vez
331 mais um fundo financeiro e menos fomentador de políticas geradoras de trabalho, de renda e de
332 políticas de amparo que não fossem apenas de transferência de renda como o PIS/PASEP e o
333 Seguro-Desemprego. Arrazoou que o pagamento do Seguro-Desemprego ao trabalhador doméstico
334 atendeu um público de 9.871 beneficiários e demandou recursos de R\$ 12 milhões, recordando que
335 a implantação dessa política gerou discussão calorosa no CODEFAT quanto ao que implicaria na
336 saúde financeira do FAT, destacando que se verificava agora, pelo valor da execução, que esse
337 impacto foi mínimo. O Coordenador do GAP ponderou que essa baixa execução tinha a ver com a

338 questão do FGTS, recordando que no caso do trabalhador doméstico era facultado ao patrão efetuar
339 ou não o seu recolhimento. O Representante da CUT ponderou que o FGTS foi exigido como
340 contrapartida para o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico, acrescentando
341 que todos sabiam que essa medida impediria a concessão do benefício para um grande número de
342 trabalhadores dessa categoria profissional. Solicitou o detalhamento da rubrica “Outras Receitas do
343 FAT”, a qual aparecia no orçamento com o valor de R\$ 300 milhões. Na seqüência, indagou se o
344 Ministério poderia encaminhar, via correio eletrônico, a relação das instituições privadas que foram
345 contempladas com convênios pelo MTE e os respectivos valores que receberam, especialmente da
346 área do trabalho juvenil, justificando que alguns estados informaram sobre o surgimento de
347 problemas em função de substituição de executoras ou entrada de outras que não possuíam tanto
348 *know how* na execução da política juvenil. O Coordenador do GAP informou que encaminhariam a
349 relação solicitada com a maior brevidade possível. Quanto à questão das “Outras Receitas do FAT”,
350 o Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto explicou que se tratava do somatório de recursos
351 recebidos pelo FAT, ainda que não tivessem sido diretamente arrecadados, a qual era formada,
352 dentre outras, pela devolução do saldo de recursos não desembolsados, restituição de convênios,
353 taxas e multas, ressaltando que não havia vinculação com despesa específica do FAT. O
354 Representante Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Perioto, fazendo menção à contribuição
355 sindical, inquiriu se havia informação do que era oriundo da parte patronal e dos trabalhadores. O
356 Coordenador-Geral de Recursos do FAT - Substituto arrazoou que estavam fazendo um
357 levantamento sobre essa questão, inclusive tendo sido solicitado aos órgãos arrecadadores
358 informações a respeito do assunto, acrescentando que a arrecadação se dava da seguinte forma: i)
359 Caixa Econômica Federal – CAIXA – contribuição sindical urbana; ii) Confederação Nacional dos
360 Trabalhadores na Agricultura - CONTAG – contribuição sindical rural dos trabalhadores; e, iii)
361 Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA - contribuição sindical rural patronal.
362 Declarou que recebiam 20% da arrecadação e que o MTE não possuía ações de fiscalização em
363 relação à contribuição sindical. O Coordenador do GAP, recordando que o Representante da CUT
364 havia indagado sobre o crescimento acentuado da base do Abono Salarial, afirmou que as duas
365 causas principais para isso foram: expansão do emprego formal e aumento do valor do salário
366 mínimo. Em complemento, o titular da Coordenação-Geral do Seguro Desemprego, Abono Salarial
367 e Identificação Profissional – CGSAP, Sr. Márcio Alves Borges, informou que o valor do salário
368 mínimo impactava fortemente essa base do Abono Salarial, pois à medida que ele aumentava trazia
369 mais trabalhadores para o Abono, o qual tinha por público os empregados com renda mensal de até
370 dois salários mínimos. O Coordenador do GAP enfatizou que no último ano a taxa de cobertura do
371 Abono Salarial havia batido recorde, fruto de um grande esforço do Ministério, que encaminhou
372 notificação para as empresas e trabalhadores no sentido de pagar o benefício ao maior número

373 possível de trabalhadores com direito ao Abono. O Representante da CUT indagou sobre a questão
374 do trabalho infantil. O Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto explicou que a rubrica
375 erradicação do trabalho infantil era uma ação de publicidade, ao que o Coordenador do GAP
376 destacou que os recursos para publicidade haviam sido fortemente contingenciados. O
377 Representante Suplente da CGT, Sr. Valdo Soares Leite, manifestou que estava com dúvidas em
378 relação à prestação de contas de 2004 a 2006, indagando sobre o que significa “em análise no
379 TCU”. O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto esclareceu que após aprovadas pela CGU, as
380 prestações de contas eram enviadas ao TCU, a quem competia deliberar e emitir parecer final. O
381 Coordenador do GAP indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou a
382 Prestação de Contas do FAT, exercício 2007, apta para ser encaminhada ao CODEFAT com
383 recomendação de aprovação. Prosseguindo, o Coordenador do GAP passou para o **SUBITEM 1.2 -**
384 **Aprovação da Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda -**
385 **FUNPROGER, exercício 2007.** O Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto observou que a
386 Prestação de Contas foi elaborada em consonância com as Instruções Normativas do TCU e a
387 Norma de Execução CGU/PR nº 05/2007, e que o Relatório de Gestão, encaminhado pelo Banco do
388 Brasil, teve sua elaboração de acordo com a Portaria CGU/PR nº 1.950/2007. Informou que o
389 FUNPROGER apresentava a seguinte estrutura: i) CODEFAT – órgão normativo e supervisor; ii)
390 MTE – órgão de vinculação e executor da supervisão; e, iii) Banco do Brasil – gestor do Fundo.
391 Arrazoou que o FUNPROGER tinha por finalidade prestar complementação de garantia de risco
392 nos financiamentos concedidos pelas Instituições Financeiras, no âmbito do PROGER Urbano e do
393 PNMPO. Relatou que o público-alvo era constituído da seguinte forma: i) PROGER Urbano – por
394 meio de empreendedores financiados pelo Programa; e, ii) PNMPO – por intermédio das
395 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Sociedades de Crédito ao
396 Microempreendedor – SCM e Cooperativas de Crédito. Apontou algumas regras do FUNPROGER:
397 i) garantia máxima de 80% do valor financiado, exceto para OSCIP, que cobria 100% do total; ii)
398 valor máximo garantido por mutuário de R\$ 160 mil; iii) assunção máxima de risco do Fundo
399 limitada a 11 vezes o seu patrimônio; e, iv) índice máximo de inadimplência de 7%, denominado de
400 *stop loss*. Apresentou um gráfico que demonstrava a evolução das contratações do PROGER
401 Urbano – Investimento, exceto as operações de microcrédito, no período de 1995 até 2007,
402 enfatizando que a partir de 2000, ano em que foi instituído o FUNPROGER, verificava-se um
403 grande crescimento no número de operações contratadas, tendo atingido o total de 102 mil
404 operações em 2007. Registrou que o Fundo chegou ao final de 2007 com a possibilidade de garantir
405 R\$ 3,72 bilhões em operações de crédito, dos quais já haviam sido garantidos R\$ 3,48 bilhões,
406 representando quase 94% de comprometimento, o que estava limitando a contratação de novas
407 operações de crédito com aval do Fundo. Comparando os anos de 2006 e 2007 observou que o

408 número de contratações sofreu redução de 0,2%, enquanto o valor financiado e garantido aumentou
409 32,4%, acrescentando que isso implicou no crescimento do valor médio das operações financiadas,
410 as quais passaram de R\$ 19,9 mil para R\$ 25,1 mil, e do valor garantido, que saiu da quantia de R\$
411 14,7 mil para R\$ 19,5 mil. Apresentou demonstrativo de resultado do FUNPROGER, destacando
412 que em relação a 2006 as receitas do Fundo cresceram 13,4% e as despesas subiram 35,0%, o que
413 fez o lucro de R\$ 8,24 milhões de 2006 se reverter em prejuízo de R\$ 15,19 milhões em 2007. No
414 balanço patrimonial, comparando 2006 e 2007, fez as seguintes observações: i) Disponibilidades
415 cresceram 11,5%, totalizando R\$ 325,99 milhões; ii) Patrimônio Líquido caiu 16,5%, totalizando
416 R\$ 69,64 milhões; e, iii) Patrimônio Total cresceu 11,6%, totalizando R\$ 338,13 milhões. Apontou
417 que do total de operações avalizadas até 2007 o Banco do Brasil - BB respondia por 95,7%, o
418 Banco do Nordeste - BNB por 4,2%, e a Caixa Econômica Federal - CAIXA e o Banco da
419 Amazônia - BASA pelos demais 0,1%, sendo que o BASA tinha um pouco mais de operações.
420 Quanto ao índice de crédito recuperado afirmou que do valor de R\$ 282,68 milhões honrados pelo
421 Fundo em 2007, foram resgatados apenas R\$ 20,20 milhões, ou seja, 7,1% do total, ressaltando que
422 houve decréscimo em relação ao exercício de 2006, onde foi registrado índice de 7,6% de resgate.
423 Prosseguindo, o Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto informou sobre o índice de
424 inadimplência por agente financeiro, conforme a seguir: i) BB – 3,8%; ii) BASA – 0,9%; iii) BNB –
425 7,2%; e, iv) CAIXA – 51,3%. Ponderou que pelo fato de estar acima do limite de 7% de
426 inadimplência, tanto o BNB quanto a CAIXA estavam impedidos de solicitar honra de aval do
427 FUNPROGER. Fazendo referência a elevada taxa de inadimplência da CAIXA, ressaltou que a
428 mesma obteve honra de aval do Fundo apenas nas operações do novo empreendedor, destacando
429 que se tratava de um público com pouca experiência no mercado empresarial e que se aventurou a
430 buscar recursos financeiros após um treinamento oferecido pelo Serviço Brasileiro de Apoio as
431 Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Declarou que houve 85 mil operações de crédito em 2007,
432 distribuídas pelos seguintes públicos: i) cooperativas – 982; ii) empreendedor popular – 2.397; iii)
433 jovem empreendedor – 33; iv) micro e pequenas empresas – 70.051; v) professor – 9.133; vi)
434 profissional liberal – 1.164; e, vii) turismo – 1.304. Observou que as micro e pequenas empresas
435 responderam por 82,4% do total das operações contratadas com aval do FUNPROGER, e os
436 professores por 10,7%, constituindo-se assim nos principais públicos do Fundo em 2007.
437 Finalizando, o Coordenador-Geral da CGFAT – Substituto destacou que as operações do
438 FUNPROGER tiveram início em maio de 2000, observando que o julgamento das prestações de
439 contas por parte do TCU encontrava-se na seguinte situação: i) 2000 a 2003 – aprovadas com
440 ressalvas; ii) 2004 e 2005 – aprovadas com quitação plena; e, iii) 2006 – em análise no TCU, tendo
441 sido distribuída para o relator em 13 de fevereiro de 2008. O Coordenador do GAP indagou se
442 ainda havia alguma observação. O Representante da CNC inquiriu se as ressalvas das prestações de

443 contas dos anos de 2000 a 2003 foram apresentadas ao GAP ou somente ao CODEFAT. O
444 Coordenador-Geral da CGFAT - Substituto esclareceu que as ressalvas foram levadas diretamente
445 ao Conselho, ressaltando que por serem antigas, já haviam sido atendidas. O Coordenador do GAP
446 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou a Prestação de Contas do
447 FUNPROGER, exercício 2007, apta para ser encaminhada ao CODEFAT com recomendação de
448 aprovação. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Coordenador do
449 GAP deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo
450 Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT e Coordenador do GAP, lavrei a presente Ata,
451 que após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY
Coordenador do GAP e
Secretário-Executivo do CODEFAT

SUELY BARROZO LOPES
Coordenadora do GAP - Substituta e
Secretária-Executiva do CODEFAT - Substituta

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY
Representante Titular do BNDES

EDVALDO DUARTE BARBOSA
Representante Titular do MPS

RENATO ANTONIO HENZ
Representante Titular do MAPA

ANTÔNIO LISBOA CARDOSO
Representante Titular da CNC

MÁRIO SÉRGIO CARRARO TELES
Representante Titular da CNI

LUCIANA CARDOSO DE CARVALHO
Representante Titular da CNA

MARCOS PERIOTO
Representante Titular da Força Sindical

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ
Representante Titular da SDS

VALDO SOARES LEITE
Representante Suplente da CGT

SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO
Representante Suplente da CUT